

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação
Deputado António Topa

São Bento, 05 de março de 2021.

Assunto: *Audição, com caráter de urgência, das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Groundforce, do Conselho de Administração da Groundforce e do Ministro das Infraestruturas e Habitação, a propósito da situação da Groundforce.*

Neste momento, a Groundforce está em incumprimento no pagamento dos salários de fevereiro. Esta é uma decisão que afeta 2.400 trabalhadores e trabalhadoras e respectivas famílias.

Refira-se que a Groundforce é a maior empresa de handling do país, responsável pela assistência em escala nas categorias de bagagem, carga e operações de pista nos principais aeroportos do país. A empresa é detida em 50,1% pela Pasogal e em 49,9% pela TAP, esta última é a sua principal cliente e maior fonte de rendimento da empresa, mas por força da pandemia deixou de assegurar as remunerações.

Em resposta aos problemas de liquidez, o Estado, através do Grupo TAP, propôs garantir um adiantamento do pagamento de serviços a prestar pela SPdH à TAP no valor de 2 milhões e cinquenta mil euros com vista ao pagamento dos salários em atraso e a fornecedores. Já o acionista privado Pasogal tem recusado investir na Groundforce desde a sua entrada no capital da empresa. Como contrapartida ao adiantamento, a Pasogal recusou dar como garantia o penhor das suas ações da Groundforce.

Ao dia de hoje, a situação permanece num impasse, pois o acionista privado pretende manter o controle da empresa, mesmo sem dar garantias de penhora. E embora o adiantamento do pagamento possa vir a viabilizar o pagamento dos salários no curto-

prazo, pouco fará para evitar que o problema se volte a repetir. A situação vivida pelos trabalhadores é dramática e urge encontrar uma solução.

Para isso é preciso garantir a viabilidade financeira da empresa, resgatando para a propriedade pública a participação do acionista privado. Em maio, perante a situação vivida na TAP, este Grupo Parlamentar propôs que fosse resgatado o controlo público da SPdH, por forma a ter a gestão executiva das empresas de acordo com orientações claras de serviço público. ([Projeto de Lei 345/XIV/1](#)).

Para este Grupo Parlamentar, a situação na SPdH/Groundforce vem demonstrar que a decisão de nacionalização deveria ter sido tomada atempadamente, mas que o Governo ainda vai a tempo de salvaguardar a empresa e os seus trabalhadores através do controlo público, garantindo soluções de longo prazo para que não se volte a repetir o não pagamento de salários aos cerca de 2400 trabalhadores da empresa.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer audição, com carácter de urgência, das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Groundforce, do Conselho de Administração da Groundforce e do Ministro das Infraestruturas e Habitação, a propósito da situação da Groundforce.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires